
DO ESPAÇO LOCAL AO ESPAÇO DE RELAÇÕES: PERFIL E TRAJETÓRIA DAS FORMAÇÕES ESPACIAIS MODERNAS

SPACE PLACE TO RELATIONS OF SPACE: PROFILE AND CAREER OF SPACE MODERNFORMATIONS

Ruy Moreira¹

RESUMO: Cada sociedade se identifica por sua forma geográfica de organização. Formação espacial é o nome que se dá a essa forma de organização na história moderna. Este texto é uma análise da formação espacial capitalista, sua constituição, mudanças e tensões estruturais.

Palavras-chave: formação social; espaço; conflitos estruturais

ABSTRACT: Spatial formation is the geographical form of organization of social formations in modern time. This text analysed the capitalista spacial formation in the time, its dynamics and structural changes in the past and present.

Key words: social formation; space; structural problems

A peculiaridade da geografia mundial é o combinado de fragmentação política e unidade econômica. O Estado-nação é a base desse todo contraditório. É ponto de referência dos encaixes do plano global.

Cada Estado-nação é em si uma uniformidade político-econômico-cultural, ordenada por uma estratificação estrutural de classes sociais segundo a qual se move o todo numa forma rígida ou plástica, a depender do quadro de conjuntura.

A unidade estrutural unofragmentária de recorte territorial segundo o qual o Estado-nação se contextualiza ao tempo que se distingue como particularidade na totalidade do espaço-mundo é a formação espacial.

A NATUREZA E ESTATUTO GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO ESPACIAL

A unidade político-cultural – denominada identidade nacional – é o ponto distintivo dessa célula de encaixe geográfico da sociedade moderna. E seu melhor exemplo é o modo de constituição da formação espacial francesa.

Até a revolução de 1789, a França se assemelha a um agregado de cantões – os *pays* – cada cantão falando um dialeto e usando um padrão de pesos e medidas próprios. A constituição do Estado-nação vem na forma da unificação da língua num só padrão nacional, a imaterialidade da língua sedimentando a materialidade do território.

¹ Professor visitante dos cursos de graduação e mestrado em Geografia da FFP-UERJ e do quadro permanente do programa de pós-graduação da UFF. E-mail: ruymoreira@uol.com.br

A uniformidade linguística assim constituída se reforça na uniformidade das regras e tributos do comércio, tomando por base a unificação do sistema de pesos e medidas. Nesse momento de constituição, domina a centralidade, o Estado impondo seus aparelhos institucionais de cima para baixo a uma sociedade de certo modo ainda imprecisa em sua estrutura de classes por obra do próprio modo convulsivo e revolucionário como esta sociedade se forma. O forte caráter camponês e burguês que desde o começo a impregna, explica essa trajetória aparentemente confusa e contraditória, o regramento da ordem burguesa vindo então a se impor como perfil e fundamento político-econômico da formação social nova, sua sociedade política e sua sociedade civil (Moore Jr, 1983).

Cedo essa relação político-cultural ganha maior refinamento, mas também ângulos de um caráter societário contraditório, quanto mais a formação espacial francesa cresce e se urbaniza. Dois passos-chave desse refinamento são a escola e a literatura do romantismo. A escola é o vetor de uniformização linguística por excelência. Unidades de escola são espalhadas pelo território nacional em construção, levando através do ensino fundamental a população a cultivar em todo o país em unificação um mesmo padrão de leitura, de cálculo e de escrita, criando cultural e materialmente um só sentimento unitário de espaço e tempo. A literatura do romance viceja nesse ambiente, consolidando pelo hábito a sintaxe que a escola está uniformizando. É assim que aquilo que a escola normaliza como objetividade de espaço nacional, a obra romanesca materializa como interioridade subjetiva, o romance fundando o nacional que a escola sistematiza num molde de consensualidade.

A tensão, entretanto, navega junto. A forte centralização que emana desse Estado-nação constituidor do nacional consensualizado pelas formas de manifestação da cultura entra em contradição com a diferencialidade espacial-pessoal que toda constituição cultural implica, o problema político da relação sociedade-Estado aparecendo com toda força. Questiona-se o valor de uma unidade uniforme de Estado que se imponha como unidade de sociedade que deva ser plural, a tensão então criada obrigando a ler-se o tema nos termos de uma relação sociedade política e sociedade civil constituída como uma organização comum-diversa do espaço vivido como norma.

É assim que os parâmetros do contratualismo que influenciaram a revolução vão saindo do plano do ideário para virar os termos da vida cotidiana, o lugar de centro de gravidade saindo do eixo de mando do Estado para o societário da sociedade orientada nos seus próprios organismos e demandas, a relação sociedade-Estado se estruturando sob o comando dela. Trata-se, antes, de fazer vingar a teoria do Estado como produto e servidor da sociedade em seu projeto convivial. E do público e do privado como elos coabitantes desse campo relacional maior no qual política é mais que Estado. E, assim, de arrumar-se o todo estrutural num quadro geral de entendimento em que sociedade política compreende o Estado, os organismos políticos e o próprio regime político reunidos como um sistema e sociedade civil a sociedade sobre essa base organizada. Não foi pacífico, entretanto, esse esquema de entendimento, a instituição dos conceitos envolvendo um entrechoque de espaço e contraespaço que o modo de implemento da revolução vitoriosa secundarizara (Moreira, 2012a).

A resultante dessa instituição é a relação de interação sociedade-espaço que desde então não para de fazer-se. O espaço da ordem se realinha para abrigar as demandas de contra-espaço, em particular a incorporação dos termos de um modo de organização social e política que torne a cidade um modo de vida urbano, o direito à cidade tornando-se um direito ao urbano cada vez mais pleno para os sujeitos de uma sociedade civil que se faz cada vez mais presente e organizada (Lefebvre, 1969 e 1999).

A estrutura societária que daí está brotando é a formação espacial moderna. A estrutura em que, mais que uma formação social ou uma formação socioeconômica, se define como o todo organizado no e através uma relação sociedade política-sociedade civil onde o público e o privado interagem numa troca reconfigurativa em que ora o público é o privado e ora o privado é o público e nessa dialética de re-posições põem e repõem seus conflitos de ordem societária.

A SOCIEDADE DE ESPAÇO LOCAL

Foi preciso, entretanto, avançar-se na ordem da escala, cada sociedade organizando-se numa relação de intercâmbio na qual a experimentação socioambiental de uma alcançasse o cotidiano de vida de outra, coevoluindo por sobre os localismos rumo a um só gênero humano (Vidal La Blache, 1954).

Esse processo conjumina e se acelera justamente na fase das formações espaciais modernas, quando o nível crescente das forças de produção e circulação, aprofundando a relação socioeconômica dos homens com seu meio e pondo os diferentes localismos numa relação de interação intensa, transforma os intercâmbios numa relação de troca permanente, tirando as sociedades de seus recíprocos isolamentos para arrumá-las numa forma de configuração de espaço de cunho mais e mais integrativo. Enquanto a fase da indústria não chega, a relação homem-natureza é um dado de enfática presença nas formas da organização do espaço, a atividade agropastoril marcando com seus elos socioeconômicos e simbólicos os traços da cultura em todas áreas. Com a indústria a relação homem-natureza passa a ser mediada pela escala da concentração técnica, a relação socioeconômica se modificando e transferindo os traços de forças suas produtivas para um modo de vida de clara concentração na cultura técnica. As sociedades vão então diferenciar-se em sociedades de espaço organizado com dominante agrícola e sociedades de espaço organizado com dominante industrial, que a literatura dos anos 1950-1960 respectivamente irá designar de sociedades de socioeconomia subdesenvolvida e sociedades de socioeconomia desenvolvida, a cuja orla periférica distante vicejam ainda as sociedades da natureza sofrida (George, 1968 e 1969).

É nesta quadra de tempo que Estado-nação e formação espacial vão identificar-se, precisamente, a revolução francesa servindo de marco de passagem. O dado-chave é a natureza estrutural de suas formas político-culturais e suas ordens de estratificação social de classes. Mas é a diferença na forma do Estado o plano distintivo da formação espacial por excelência. O Estado-nação é um fenômeno histórico moderno. Antecede-o uma forma de Estado fortemente confundida com o marco cultural e territorial das civilizações. Cada grande recorte territorial da superfície terrestre distingue uma forma própria de civilização. O marco distintivo é o recorte de raiz territorial-ambiental das culturas que as identificam. Fala-se, assim, de uma civilização europeia, eslava, hindu, chinesa. O poder do localismo é aí evidente, homens e mulheres vivendo seus modos de vida num quadro de intercâmbio de experiências técnicas e existenciais fortemente restritas aos marcos de território das civilizações a que pertencem. As revoluções burguesas vão alterar esse perfil de ordenamento. Com elas nascem os marcos de estado-nacional, que dividem o mundo não mais em recortes de civilização, mas de países. É o que vimos com a revolução francesa. E o marco configurativo de espaço com que vai criar seu modo geográfico específico de organizar-se, como forma de sociedade moderna. São formas político-culturais de Estado que se distinguem, pois, pelas grafias espaciais de vida e de natureza de organização de suas formas de sociedade. E, assim, de formação espacial.

A formação espacial cuja diferenciação de níveis de conformação sócio-econômica virá como um produto do desigual desenvolvimento da indústria, marcando como dois momentos evolutivos distintos o perfil das sociedades modernas.

A SOCIEDADE DO ESPAÇO DE RELAÇÕES

Com a escala técnica da produção e circulação industrial vem um mundo de relações cada vez mais globais, passando-se, no dizer de George, da fase das sociedades de espaço local para a fase das sociedades do espaço de relações. E é essa evolução a fonte da arrumação das relações mundiais no quadro que opõe na escala do grande desenho o grafo do todo fragmentado do ponto de vista político-cultural e unitário do posto de vista econômico que recorta o mapa do mundo no traçado de formação espacial/país que hoje temos.

A geografia política e a geografia econômica aí se contraditam e se integram, ao mesmo tempo. Cada fração de formação espacial/país/Estado-nação é uma célula sociopolítica e uma unidade de totalidade econômica maior. Uma espécie de guarda e ultrapassagem da velha estrutura de localismos, transfigurada no advento da industrialização.

A lógica dessa estrutura mundial unitário-fragmentária é de um lado a necessidade de ação territorial do Estado como ente de regulação societária e de outro a necessidade de efetivação da circulação ampliada das trocas sem a qual a realização do valor não se efetua. Cada formação espacial é, assim, um combinado de autonomia e unicidade territorial nessa quadra de relação mundializada. E tem seu modo de diferença na forma como público e privado se enlaçam dentro dos embates da sociedade política e da sociedade política.

A referência é a forma como Estado e sociedade interagem no regime político instituindo segundo os elementos constituintes da revolução burguesa francesa, onde regra é a separação do Estado como espaço público e da sociedade como espaço privado. E onde o Estado atua como sociedade política – a sociedade estruturada nas regras de direitos e deveres dos indivíduos do ideário contratualista – e a sociedade como sociedade civil – a sociedade vista organizada por seus elementos sociopolíticos de representação – em suas relações recíprocas. Retrato vivo desse quadro de relação contrabalancada, a formação espacial é por isso mesmo sobredeterminadamente seu produto e elo cautelar – a sociedade produz o seu espaço ao tempo que pela produção deste é produzida – estruturando e regulando pela interação sociedade-espaço a relação societária que toda sociedade espacialmente organizada significa. Ali onde o bafejo da revolução burguesa, todavia, mal se avizinha, a regra é a relação tutelar, a regra que sujeita a sociedade ao domínio da tutela do Estado, a sociedade civil nunca vindo a se formar e o Estado muito menos a estruturar-se como uma sociedade política. A formação espacial reflete nesse caso em sua estrutura e modo de regulação a presença centralista de alto-a-baixo do Estado, estruturando e regulando a sociedade em vista e com fim da subsunção deste.

A FORMAÇÃO ESPACIAL

A formação espacial é, assim, hoje, o contraponto da mundialização. O ponto de recorte de onde as sociedades se ordenam na unidade de totalização. Porque onde as coisas de fato acontecem (Santos, 1977). Visualizada nos mapas como a forma com que os Estados saem da forma antiga de recorte de território da civilização para a moderna de países, as formações espaciais são, por isso mesmo, a forma particular de realização da universalidade dos modos de produção, exprimindo em sua sociabilidade a força com

que a organização geográfica determina a realidade concreta das sociedades na história. A tradução geográfica, pois, sem a qual as formações sociais (formas como as sociedades existem por seus modos de produção) não existem como realidade.

Do localismo ao espaço de relações são as formações espaciais o que desde o século XIII vemos evoluindo na divisão do mundo em países, levadas por seus confrontos estruturais de espaço e contraespaço a sobrepor os desejos autonomistas da sociedade civil face uma sociedade política sempre conducente a uma tendência tutelar do Estado sobre o todo societário. É o olhar para esta relação de estrutura e dinâmica o elemento que, no fundo, está por trás dos confrontos de desenvolvimento-subdesenvolvimento que eliminem as mazelas econômico-sociais e emparelhem as formações nacionais dos anos 1950-1960. E também do confronto mais amplo de capitalismo-socialismo que compõe o projeto de contexto societário global desse mesmo tempo. Visa-se, seja num plano de contraponto seja de outro, na verdade, institucionalizar pelo viés da solução socio-econômica a interioridade dos países na ossatura sociopolítica que conduza as relações humanas a resolver-se na conformidade de uma relação minimamente equânime de igualdade sociocultural. Por não bastar, sabe-se então, ordená-las na igualdade da economia se esta é reiteradamente negada por um vício político-cultural de estratificação de mando. A prevalência de uma sociedade civil de autogoverno é o pressuposto básico. Não foi o que ocorreu.

Cada país deve ser visto, antes, por isso mesmo, como uma formação social, um todo olhado pelos parâmetros de seu modo de produção orgânico, mas a partir das determinações sociopolíticas de relação sociedade-espaço que toda relação de modo de produção implica, quebrando-se e recriando-se permanentemente suas estruturas configurativas de espaço. A formação social vista, antes de tudo, amarrada e ordenada como uma formação espacial.

Um elemento-chave da formação espacial é a natureza estrutural da totalidade homem-meio, o quadro de relação que vai refazendo o parâmetro metabólico de geograficidade na medida mesma da ultrapassagem escalar do encaixe territorial-ambiental puro e simples do localismo. Da natureza da relação de trabalho à natureza do regime político, toda uma problemática de configuração espacial aí se coloca. O que explica o motivo porque o tema do desenvolvimento-subdesenvolvimento declina tão logo o dilema do capitalismo-socialismo se dissolve junto à dissolução da União soviética e o problema da crise ambiental/equação sustentável então se torna o tema ideológico por excelência dos debates (Moreira, 2012b).

Outro elemento-chave é o da natureza do modo de vida, um quadro de relação que vai, ao contrário, ganhando foros de problema típico de sociedades sem sociedade civil, revolvida quanto mais a humanidade, se mundializando, mais se urbaniza. É onde a redução do conceito de formação espacial à dimensão pura de uma formação socioeconômica reivindica seus reparos, o problema de toda formação sendo o da equiparidade dos direitos sociais e civis à vida que desde o tempo da revolução francesa ganha foros de utopia, e que a urbanização reivindica como tema-chave da sociedade organizada em cidade, onde morar, construir, habitar significa, antes de tudo, ser-estar como um modo geossocial de vida urbano, o existir espacial no qual denúncias de subdesenvolvimento e proclamas de sustentabilidade virem coisas do passado (Silva, 1991; Lefebvre, 1969 e 2008).

REFERÊNCIAS

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
_____. **Geografia social do mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro,

1969. Coleção Saber Atual

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MOREIRA, Ruy. A totalidade homem-meio. In: _____: **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. O espaço e o contraespaço: tensões e conflitos da ordem espacial burguesa. In: _____: **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012b.

MOORE Jr, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 54, 1977.

SILVA, Armando Correa da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

VIDAL LA BLACHE, Paul. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.